

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.336.026 - PE (2012/0156497-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
EMBARGANTE : UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
PROCURADOR : ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU - AL000000U
EMBARGADO : MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA DE SOUZA E OUTROS
ADVOGADOS : CARLOS XAVIER BRASILEIRO E OUTRO(S) - PE006575
JOÃO BATISTA DE MELO MONTENEGRO E OUTRO(S) -
PE003320
JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(S) - DF017183
INTERES. : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROCURADOR : MARIA INEZ LIRA GOMES DA SILVA E OUTRO(S) -
PE007911

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DEMORA OU DIFICULDADE NO FORNECIMENTO DE FICHAS FINANCEIRAS PELO ENTE PÚBLICO DEVEDOR. OMISSÃO NA FIXAÇÃO DA MODULAÇÃO DE EFEITOS. NÃO OCORRÊNCIA. DISPOSITIVOS LEGAIS EXAMINADOS. TENTATIVA DE REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS, JULGADOS SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEQUINTE DO CPC/2015 E DO ART. 256-N E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

1. Não assiste razão à embargante no quanto pretendido nos embargos de declaração, isto é, que seja afastada a modulação de efeitos, uma vez que o caso não se amoldaria à previsão do § 3º do art. 927 do Código de Processo Civil de 2015.

2. A União já havia feito as mesmas alegações nas contrarrazões aos primeiros embargos declaratórios da parte autora, e todos os argumentos já foram analisados na decisão embargada.

3. Afigura-se equivocado afirmar que o acórdão embargado foi omissivo no ponto, pois manifestou-se expressamente sobre a viabilidade de modulação dos efeitos da decisão proferida em recurso especial representativo de controvérsia, sustentando que houve a revisão da tese jurídica anteriormente dominante no STJ, o que configura a hipótese do art. 927, § 3º, do CPC/2015. Tal matéria já fora examinada pelo STJ por ocasião do acórdão que fixou a modulação dos efeitos, em que se afirmou que "houve julgados posteriores ao REsp 1.340.444/RS que, em tese,

trouxeram posicionamento diferente. Além disso, o julgamento proferido no REsp 1.340.444/RS foi anulado posteriormente, em razão de vício formal, estando ainda pendente de apreciação final". A parte embargada, a propósito, cita em suas contrarrazões aos embargos declaratórios, diversos precedentes julgados em 2016 e em 2017 pelo STJ, em sentido contrário ao esposado no julgamento do REsp 1.340.444/RS, o que corrobora o entendimento esposado pelo STJ no caso concreto.

4. A coexistência de dois tipos de soluções para o mesmo problema jurídico é da própria natureza do instituto da modulação dos efeitos, pois busca-se preservar a segurança jurídica e impedir que o jurisdicionado seja surpreendido com mudanças do entendimento jurisprudencial. Foi justamente o que o STJ pretendeu resguardar neste feito. E, como explicitado pela parte embargada em suas contrarrazões aos embargos declaratórios, é justamente por força da modulação que todas as situações iguais estão recebendo o mesmo tratamento. As situações distintas são aquelas em que o trânsito em julgado ocorreu após a vigência do CPC/2015, a partir de 18/3/2016, as quais, por força de lei, devem receber tratamento diferenciado. Como se verifica, é bem claro o efeito prático do julgamento deste repetitivo. A modulação visa, apenas, a salvaguardar a segurança jurídica e o princípio da boa-fé dos jurisdicionados, evitando que sejam surpreendidos pela mudança na jurisprudência do STJ.

5. Em suma, inexistiu qualquer omissão do aresto embargado quanto à análise do tema, sendo que a pretensão da ora embargante é, tão somente, manifestar dissenso, o que não é cabível em embargos de declaração.

6. Embargos de declaração rejeitados.

7. Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e do art. 256-N e seguintes do Regimento Interno do STJ.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa, Gurgel de Faria, Francisco Falcão, Herman Benjamin e Napoleão Nunes Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 13 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

